

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Departamento Municipal de Previdência dos Servidores
Públicos do Município de Porto Alegre - PREVIMPA



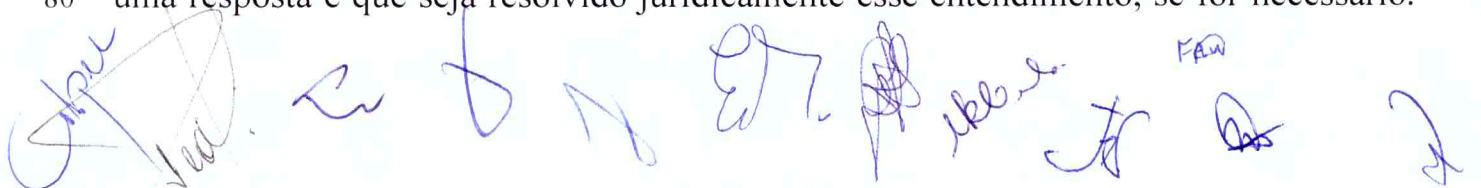
Conselho de Administração

ATA 47/2019

1
2
3 Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e
4 quinze minutos, no prédio do PREVIMPA sito à Rua Uruguai número duzentos e
5 setenta e sete, décimo quarto andar, teve início a seiscentésima vigésima nona sessão
6 ordinária do Conselho de Administração do PREVIMPA. Na verificação do quórum,
7 estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Edmilson Todeschini, Fernanda
8 Antunes Zini, Irineu Pedro Foschiera, Jeferson Miola, Jonas Tarcisio Reis, Luciano
9 Saldanha Varela, Lucimar Rodrigues de Souza, Marilena Ruschel da Cunha, Pedro
10 Luis da Silva Vargas, Renan da Silva Aguiar, Rogério dos Santos Colpes e Wilibaldo
11 Josué Grüner Scherer. Na ausência dos titulares, assumiram a titularidade os suplentes:
12 Antônio Renato Marrone e Gilmar Cardozo dos Santos. A sessão foi conduzida pelo
13 Presidente Edmilson Todeschini, contando com a presença do Vice-Presidente
14 Rogério dos Santos Colpes e da Secretária Lucimar Rodrigues de Souza. Aberta a
15 sessão com quatorze conselheiros presentes. EXPEDIENTE- ITEM UM: Leitura e
16 apreciação da Ata nº 46 (de 03/12/2019). A Ata nº 46 foi apreciada e aprovada por
17 treze votos favoráveis e uma abstenção do conselheiro que não estava presente à ata
18 correspondente. EXPEDIENTE - ITEM DOIS: Informes: A conselheira Marilena
19 comentou em relação às eleições do PREVIMPA e convidou para o almoço de
20 confraternização da ASTA (Associação dos Técnicos Científicos Aposentados) o
21 Presidente Edmilson e o conselheiro Raul para, aproveitando o ensejo, fazer a
22 divulgação e explanação, incentivando os aposentados a votarem. O conselheiro
23 Vargas leu a matéria do site da Câmara Municipal referente à Lei Orçamentária de
24 2020, recentemente aprovada no Legislativo. Disse que no artigo 3º, relativo às
25 despesas, há o lançamento denominado reserva de contingência/RPPS, cujo valor é
26 R\$ 451 milhões. Vargas solicitou o detalhamento de tal procedimento. O conselheiro
27 Renan acredita que trata-se do montante de receita do regime de capitalização. Na
28 próxima reunião esclarecerá ao Conselheiro. O conselheiro Vargas fez referência à
29 matéria veiculada no site da Prefeitura Municipal em 07/12/19, referente à recente
30 venda da folha de pagamento do Município para CEF, no valor de mais de R\$ 80
31 milhões. Disse que parte desses recursos será investida na recuperação de 78 escolas
32 públicas. Questionou se houve segregação de percentual daquele valor a ser destinado
33 ao pagamento de aposentadorias e pensões de ambos regimes previdenciários. O
34 Presidente Edmilson relatou que uma parte daquele acréscimo destinado a dar
35 cobertura ao aditivo da reforma da sede origina-se da venda da folha. A conselheira
36 Fernanda lembrou os conselheiros que a mesma relatou o convênio realizado entre
37 PREVIMPA, Centralizada, autarquias e Fundação para uma futura venda da folha e

Colpa
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37

38 que em torno de 43% do montante do convênio seria destinado ao PREVIMPA, este
39 percentual é em virtude de vidas que o PREVIMPA detinha à época. A conselheira
40 Fernanda informou que seria para pagamentos de benefícios, de regime de
41 capitalização e simples. O conselheiro Renan esclareceu que não tem a informação de
42 que a folha foi vendida. Informou, nos termos da manifestação da conselheira
43 Fernanda, que a cota-parte do PREVIMPA será proporcional aos servidores
44 (aposentados e pensionistas) conforme aprovado pelo CAD. O conselheiro Wilibaldo
45 informou que em diversas redes sociais encontra-se a informação quanto a possível
46 paralização de caminhoneiros a partir da próxima segunda-feira, e deixou registrado
47 por prudência, para o Comitê de Investimentos ficar atento. Findo os informes, o
48 Presidente Edmilson prosseguiu para a ordem do dia. ORDEM DO DIA – ITEM UM:
49 Conjuntura internacional de longo prazo para investimentos em commodities. O
50 Conselho considerou o item prejudicado em razão da ausência do conselheiro
51 Adroaldo Bauer, postergando o assunto para a próxima sessão ordinária. Passando
52 para o próximo item de pauta. ORDEM DO DIA – ITEM DOIS: Debate e deliberação
53 acerca de notificação deste Conselho dirigida ao Poder Executivo Municipal para
54 solicitar esclarecer os procedimentos que o Governo adotará no incremento da reforma
55 da previdência e para exigir que o envio de projetos de lei em matéria previdenciária
56 seja precedido de análise oficial do Conselho de Administração. O Presidente
57 Edmilson comentou que a matéria foi proposta pelo conselheiro Alexandre que não se
58 encontra presente nesta sessão. Na sessão anterior o assunto foi pautado sem caráter
59 deliberativo, razão pela qual retornou à presente pauta, com a finalidade deliberativa.
60 O conselheiro Jeferson frisou que o ponto de pauta é autoexplicativo. Aconselhou se
61 reportar ao Executivo Municipal, para buscar informações, e segundo a norma legal,
62 compete a esse Conselho se pronunciar sobre essa matéria. Pediu que a Mesa enviasse
63 ao Executivo Municipal essa solicitação e quais os órgãos estão implicados sobre
64 estudos e análises do que está sendo elaborado, e se existe outro projeto. Finalizando,
65 avalia que é competência desse Conselho contribuir, entende que esse procedimento
66 caberia a Mesa Diretora considerar. O Presidente Edmilson convergiu integralmente
67 com o conselheiro Jeferson e disse que os assuntos deliberativos devem ser
68 previamente pautados. Não se pode atribuir de última hora o caráter deliberativo a um
69 assunto pautado sem tal finalidade. Sugeriu que o Conselho delegue à Mesa Diretora a
70 elaboração e o envio de notificação ao Executivo Municipal para duas finalidades:
71 Pedido número um: que disponibilize o estudo já feito acerca da reforma da
72 previdência a esse Conselho e que esclareça os procedimentos que o governo pretende
73 adotar no incremento da Emenda Constitucional nº 103/2019. Segundo: é uma
74 exigência, que o envio de qualquer projeto de lei Câmara seja precedido do envio para
75 análise desse Conselho. O conselheiro Renan esclareceu que todos os projetos de Lei
76 que alteram a legislação previdenciária são encaminhados ao Conselho de
77 Administração. Tivemos apenas um caso de expediente que foi encaminhado à CMPA
78 antes de ter sido encaminhado ao Legislativo. O conselheiro Luciano comentou que as
79 pessoas estão muito apavoradas em relação à aposentadoria, pede à Direção que dê
80 uma resposta e que seja resolvido juridicamente esse entendimento, se for necessário.



81 O conselheiro Irineu citou que quanto mais informação melhor. Tem que oficial e
82 preceder de análise. O conselheiro Jeferson fez inúmeros comentários sobre o assunto
83 da reforma da previdência. Que a PEC paralela seria discutida, e que Estados e
84 Municípios irão fazer as suas reformas. O assunto surge por conta de uma realidade
85 superveniente. A PEC paralela seria discutida, traz a informação o conselheiro Renan,
86 encontrando o Secretário Nacional da Previdência, Rogério Marinho, em evento em
87 Recife, de que a PEC paralela não prosseguiria. Os municípios passarão a tomar
88 iniciativas próprias, no sentido de apresentar projetos e adequações nos seus âmbitos
89 correspondentes das mudanças nacionais e federais. É uma avocação que o CAD
90 busca na prerrogativa de apreciar a matéria. E segundo o conselheiro Jeferson, esse
91 Conselho está se prevenindo, ante situações que não correspondem ao que foi relatado
92 pelo conselheiro Renan, do procedimento que adota o município de Porto Alegre que
93 não recebe os projetos como manda a lei. Salaria que não há uma relação de
94 confiança com o Executivo Municipal. O conselheiro Luciano indaga se existe um
95 estudo para um projeto municipal. O conselheiro Renan informa que o PREVIMPA já
96 iniciou os estudos e seus impactos na previdência do município de Porto Alegre, mas
97 que ainda não há qualquer conclusão sobre o mesmo. O conselheiro Vargas indaga se
98 os estudos em andamento no âmbito do PREVIMPA indicam a possibilidade de
99 aplicação do comando constitucional que permite a majoração das alíquotas de
100 contribuição de acordo com a faixa de remuneração. O conselheiro Renan diz que não
101 há estudos neste sentido. A conselheira Marilena indaga ao conselheiro Renan quais
102 são os benefícios previdenciários que não estão mais sendo pagos. O conselheiro
103 Renan comentou que são benefícios assistenciais; salário maternidade, auxílio
104 reclusão, salário família e auxílio doença. Esses serão responsabilidade do ente. Quem
105 recebe vai continuar recebendo, somente estará mudando a fonte de pagamento, será a
106 Prefeitura e não mais o PREVIMPA. O conselheiro Vargas citou que a notificação a
107 ser remetida ao Executivo englobará dois temas. O primeiro é sobre os estudos que
108 ainda estão em andamento e que, baseado nas declarações dos dirigentes do
109 departamento, não estão concluídos. Por isso, seu entendimento é que devemos
110 aguardar a conclusão daquelas análises, para posterior disseminação das conclusões. O
111 outro tema corresponde à solicitação para que qualquer projeto ou proposta de
112 alteração que envolva a previdência a ser enviado ao Legislativo, seja antes submetido
113 à análise e missão de parecer do Conselho. Nesse sentido o conselheiro destaca que a
114 Nota Técnica 109 da PGM, cuja revisão foi solicitada pelo CAD àquele órgão jurídico,
115 define o caráter de cada atribuição do Conselho relacionada no artigo 8º da LC
116 478/02. Cita: *“examinar e emitir parecer sobre propostas de alteração da política*
117 *previdenciária do Município.”* Segundo a Nota Técnica mencionada, essa atribuição
118 é sugestiva. E o inciso 10 que diz: *“acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação*
119 *pertinente ao RPPS;”* Essa também não é deliberativa, segundo a PGM. Assim, o
120 conselheiro manifesta sobre a urgente necessidade do retorno do expediente com a
121 revisão requerida, a fim de que sejam esclarecidas as dúvidas quanto às atribuições do
122 CAD. Tal esclarecimento poderá apontar o rumo, bem como o vigor das decisões do
123 Colegiado. O Presidente Edmilson manifestou que é exatamente por isso que estamos

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. From left to right, there are several scribbles and names, including what appears to be 'Jeferson', 'Renan', and 'Vargas'. There are also some initials and a small 'CAD' stamp.

124 querendo notificar o Executivo para que primeiro seja procedida a análise e apreciação
125 dos projetos para que posteriormente seja ou não encaminhado à Câmara, conforme
126 deliberação deste colegiado. O conselheiro Gilmar declara que o governo está fazendo
127 estudo e que se devem ver os estudos. O Presidente Edmilson frisa que votarão em
128 dois momentos. Tem duas propostas dentro de um único item de pauta. Primeiro exigir
129 ao Executivo, que qualquer projeto de lei seja previamente examinado pelo Conselho.
130 Outra votação distinta é pedindo esclarecimentos sobre procedimento sobre estudos já
131 feitos. O Presidente Edmilson submeteu a apreciação a proposta de delegação à Mesa
132 Diretora para notificar o Poder Executivo de modo a exigir que todo e qualquer projeto
133 de alteração de política previdenciária passe previamente por esse Conselho. Foram
134 treze votos favoráveis e um contrário. Declaração de voto do conselheiro
135 : Entende desnecessário o ofício já que apenas um projeto que recorda não foi
136 encaminhado antes ao Conselho. O Presidente Edmilson pôs em votação a segunda
137 proposição para solicitar ao Executivo a disponibilização de estudo e esclarecimentos
138 acerca de procedimentos que o governo adotará. Quem aprova delegar à Mesa para
139 elaborar notificação ao Poder Executivo, pedindo para enviar estudos já feitos e
140 esclarecer o para esclarecer os procedimento que adotará no incremento da Emenda
141 Constitucional nº 103/2019. Foram nove votos favoráveis, quatro contrários e uma
142 abstenção. Aprovado por nove votos favoráveis, por maioria simples. O conselheiro
143 Vargas declarou que votou contrariamente à proposição porque os estudos não estão
144 concluídos e a divulgação incompleta poderia gerar confusão e divergência de
145 interpretações. O conselheiro Wilibaldo acompanhou a declaração do conselheiro
146 Vargas, e considera a necessidade que há para o Conselho, de melhor conhecimento
147 pela matéria transitada, e pelo fato de estar nas preliminares. O conselheiro Renan
148 manifestou voto contrário pois já esclareceu em reunião que os estudos não foram
149 concluídos. Após o debate passou-se ao próximo item de pauta. ORDEM DO DIA –
150 ITEM TRÊS: Apresentação dos resultados dos investimentos acumulados até outubro
151 de 2019. O atuário Dalvin Gabriel José de Souza, Chefe da Unidade de Investimentos
152 do PREVIMPA, realizou a apresentação dos resultados do bimestre. Apresentou as
153 lâminas projetados em tela, com análises dos resultados dos Investimentos do
154 PREVIMPA até o mês de Outubro de 2019. Após, passou-se a palavra aos
155 conselheiros, para manifestações, questionamentos e considerações. Dalvin respondeu
156 aos questionamentos e prestou todos os esclarecimentos solicitados. Explanou com
157 detalhes as aplicações financeiras do PREVIMPA, como carteira de investimentos,
158 meta atuarial, renda fixa, títulos e variação em curto prazo. Informou sobre o bom
159 rendimento da carteira. O conselheiro Vargas questionou por que o PREVIMPA
160 possui investimentos no Banco do Estado Espírito Santo. O atuário Dalvin respondeu
161 que devido ao tribunal de contas proibir aplicação em banco que não seja público e por
162 que esse fundo é muito bom e tem uma excelente rentabilidade foi efetuada a
163 aplicação via o Banco Público do Estado do Espírito Santo. O conselheiro Wilibaldo
164 indagou se a questão da expectativa da captação líquida é ultrapassar os duzentos
165 milhões até o final do ano. Dalvin responde que ficaria em torno desses valores, pois
166 não houve o pagamento aos servidor do dissídio pelo poder Executivo, bem como,

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Gilmar', 'Edmilson', 'Vargas', 'Wilibaldo', 'Renan', and 'Dalvin'.

167 houve uma alteração no plano de salário dos servidores que reduziu o crescimento
168 vegetativo da folha de pagamento. O conselheiro Jeferson agradeceu pelas
169 informações, fez comentários positivos a respeito da segurança e estratégia dos
170 investimentos. A combinação de valores que veio dar resultados positivos para as
171 aplicações. O atuário Dalvin mencionou que existem várias maneiras de conduzir a
172 gestão de patrimônio. Uma das maneiras que o PREVIMPA utiliza, é a premissa de
173 preservar o patrimônio. O que significa que nem sempre se tomará a decisão com o
174 objetivo para ganhar toda a rentabilidade auferida pelo ativo, mas também não iremos
175 sofrer toda a queda do ativo. O importante é bater a meta ou preservar patrimônio, por
176 que a economia e os investimentos são cíclicos. A legislação permite até 30% da renda
177 variável. A economia e os investimentos são variáveis e incertos. A prerrogativa
178 principal na tomada de decisão dos investimentos é preservar patrimônio do
179 PREVIMPA. O conselheiro Vargas elogiou a gestão que o PREVIMPA está fazendo
180 e reconhece que os bons resultados obtidos na exploração do mercado de capitais
181 garantirão o pagamento dos benefícios dos servidores aposentados e pensionistas.
182 Considera desnecessário compartilhar ou delegar a terceiros o todo ou parte dessa
183 gestão, pois o quadro funcional do Departamento possui profissionais capacitados, o
184 que é corroborado pelo desempenho bem sucedido periodicamente demonstrado. Por
185 fim, perguntou quais são as perspectivas para o futuro do segmento de imóveis.
186 Dalvin respondeu que é uma questão de gestão, até que novos ativos sejam agregados
187 a Carteira do PREVIMPA não poderá se manifestar ao assunto. O conselheiro Colpes
188 comentou que o conselheiro Renan trouxe a notícia da possibilidade do PREVIMPA
189 conceder empréstimo consignado. Dalvin afirmou que vai sair uma portaria do
190 Ministério, provavelmente nos próximos dias, para fazer avaliação e estudos para
191 esses casos. Não será usado para compra de imóveis e sim para crédito de valores
192 menores e prazos menores. O conselheiro Renan respondeu que será usado somente
193 uma percentual do ativo, nos termos da legislação. A conselheira Marilena indagou
194 como se daria esse estudo, se já tem alguma resolução das gestões anteriores. Dalvin
195 respondeu que não, por que era vetado pela Constituição Federal. Mas, que agora o
196 PREVIMPA terá que fazer um estudo sobre a matéria que é complexa. O conselheiro
197 Gilmar tinha discussão, mas de não emprestar o dinheiro diretamente, mas outro órgão
198 que emprestaria. O conselheiro Vargas expressou que o Conselho de Administração
199 deve consignar uma referência positiva e formal em favor do conjunto de servidores
200 que desempenham suas atividades na área de investimentos, devido aos bons
201 resultados obtidos, fruto da dedicação, qualidade e competência dos seus integrantes.
202 Deixou proposto como matéria para próxima sessão, que o CAD edite uma moção de
203 louvor em favor do Comitê de Investimentos do Departamento. Por fim, não havendo
204 mais dúvidas ou outros questionamentos, o Presidente considerou esgotado o item de
205 pauta. ORDEM DO DIA – ITEM QUATRO: Debate e deliberação sobre manutenção
206 ou cancelamento das sessões ordinárias programadas para os dias 24/12/2019 e
207 31/12/2019; O Presidente Edmilson expôs que caberá ao Conselho, decidir o
208 cancelamento de reuniões ordinárias, reformular a data das reuniões. São várias
209 alternativas. Não realizar a sessão nos dias 24 e 31, ou realizar uma só. Outra



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Jeferson', 'Dalvin', 'Vargas', 'Colpes', 'Renan', 'Marilena', 'Gilmar', and 'Edmilson'.

210 alternativa é remarcar para outro dia da semana e outra alternativa, deixar cancelada a
211 princípio e caso haja uma necessidade, de convocar para uma sessão extraordinária.
212 Fica aberto ao Conselho o debate visto que as datas são véspera de Natal e véspera do
213 Ano Novo. O conselheiro Vargas entende a justa preocupação, de fato uma data
214 especial. Propôs que se discutisse esse assunto na próxima reunião no dia 17/12/19.
215 Protelar o item de pauta se surgir algum elemento novo. O Presidente Edmilson
216 submeteu a apreciação à proposta do conselheiro Vargas. Quem concorda com a
217 proposição do conselheiro Vargas de protelar o item de pauta para o dia 17/12,
218 decidirem acerca das sessões dos dias 24/12/2019 e 31/12/2019, manifeste-se. Foram
219 onze votos favoráveis, um contrário e duas abstenções. Aprovado e mantido para o dia
220 17/12/2019, para protelar esse item de pauta para a próxima sessão ordinária. O
221 conselheiro Gilmar informa sobre a comissão eleitoral, que já atingiram o quórum de
222 6.925 votantes, e na CMPA até o momento, dos 413 servidores, 111 já votaram. O
223 Presidente Edmilson mencionou que o conselheiro Vargas está propondo que se avalia
224 uma moção de louvor ao Comitê de Investimentos. O conselheiro Vargas irá elaborar a
225 minuta da moção para apresentar na próxima sessão ordinária. Encerrado o item de
226 pauta, o Presidente Edmilson passou para a definição de pauta. ORDEM DO DIA –
227 ITEM CINCO: Definição da pauta da próxima sessão ordinária. Depois do debate, o
228 Conselho definiu a pauta da sessão a realizar-se no dia 17 de dezembro de 2019: 1 -
229 Conjuntura internacional de longo prazo para investimentos em commodities; 2 - Debate
230 e deliberação sobre manutenção, alteração de datas ou cancelamento das sessões
231 ordinárias programadas para os dias 24/12/2019 e 31/12/2019; 3 - Moção de louvor ao
232 Comitê de Investimentos do PREVIMPA; 4 - Outros assuntos a serem sugeridos pelos
233 conselheiros até a quinta-feira, dia 12/12/2019; 5 - Definição de pauta para a próxima
234 sessão ordinária do dia 24/12/2019. A sessão foi encerrada às 11h15min. A presente
235 ata foi lavrada pela secretária Lucimar Rodrigues de Souza.

236 
Antônio Renato Marrone


Edmilson Todeschini

237 
Fernanda Antunes Zini

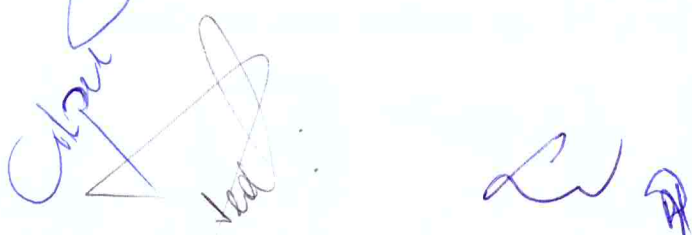

Gilmar Cardozo dos Santos

238 
Irineu Pedro Foschiera


Jeferson Miola

239 
Jonas Tarcisio Reis


Luciano Saldanha Varela



240 Lucimar Rodrigues de Souza

Marilena Ruschel da Cunha
Marilena Ruschel da Cunha

241 Pedro Luis da Silva Vargas

Renan da Silva Aguiar
Renan da Silva Aguiar

242 Rogério dos Santos Colpes

Wilibaldo Josué Gruner Scherer
Wilibaldo Josué Gruner Scherer



8

EDT. Lu HF

